## REFINARIA DE MUCURIPE S.A. CNPJ/MF Nº 41.704.775/0001-25 NIRE Nº 2330004668-4

## ATA DA REUNIÃO DE CONSELHO FISCAL **REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2022**

Às 11h00 horas do dia 13 de maio de 2022, foi realizada, por videoconferência com o uso do software Microsoft Teams, transmitida a partir da Cidade do Rio de Janeiro, Reunião do Conselho Fiscal da Refinaria de Mucuripe S.A., com a participação dos Conselheiros titulares, Sr. Leandro Fonseca de Oliveira, Sr. Carlos Eduardo Barros dos Santos e Sr. Rodrigo Tiradentes Montecchiari. A reunião foi secretariada pela Sra. Nathalie Pereira Dantas. Foi convidada a participar da reunião a Diretoria Executiva da Sociedade. Iniciada a reunião, no segmento destinado à deliberação formal, foi examinado o seguinte assunto da ORDEM DO DIA: ------ 1) Pauta nº 01 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021. DECISÃO: Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração (Ata RDE nº 15/2022 de 04/05/2022), este Conselho emitiu parecer favorável, conforme documento em Anexo. Não obstante, o Conselho Fiscal registra que a multa moratória de 1% incidente sobre o valor vencido e não pago referente aos gastos com Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD), celebrado com a Petrobras, seja provisionado no balanço da sociedade. Esse registro não constitui óbice à aprovação da matéria em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. ----- ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, às 11:30 horas, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros Fiscais e por mim, secretário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2022

Rodrigo Tiradentes Montecchiari Presidente do Conselho Fiscal

Leandro Fonseca de Oliveira

Lincho guran ex W

Conselheiro Fiscal

Carlos Eduardo Barros dos Santos

lass Essent In

Conselheiro Fiscal

Dantas (13 de Maio de 2022 09:29 ADT)

Nathalie Pereira Dantas Secretária

ATA Nº: 002

## **REFINARIA DE MUCURIPE S.A.** CNPJ/MF Nº 41.704.775/0001-25

NIRE Nº 2330004668-4

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Refinaria de Mucuripe S.A.**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras da sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, assim como as notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 04/05/2022 e manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras.

Foi analisado também a proposta de destinação do lucro líquido apresentada pela Administração da Sociedade, conforme demonstrado na Tabela, abaixo.

Proposta de Destinação de Resultado 2021

Destinação de Resultado (R\$)	2021
Prejuízos Acumulados	(305.610,23)
Prejuízo Remanescente	(305.610,23)

O Conselho Fiscal opina que a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 respeita as disposições da Lei 6.404/76.

Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia e nas informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, datado de 04/05/2022, este Conselho é de opinião que os mencionados documentos estão em condições de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2022

Rodrigo Montecchiari
Rodrigo Montecchiari (13 de Maio de 2022 09:07 ADT)

Rodrigo Tiradentes Montecchiari Presidente do Conselho Fiscal

Leandro Fonseca de Oliveira

Conselheiro Fiscal

Luncho Gurar 14 W

Carlos Eduardo Barros dos Santos Conselheiro Fiscal

Part End In



ATA Nº: 015

## **REFINARIA DE MUCURIPE S.A.**

CNPJ/MF N° 41.704.775/0001-25 NIRE N° 2330004668-4

## ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2022

## 1. Data, Hora e Local:

Realizada ao 04º dia do mês de maio de 2022, às 10:30 horas, por meio de vídeo conferência, em razão da pandemia da COVID-19, conforme Artigo 23 do Estatuto Social.

## 2. Convocação:

A reunião foi convocada pela Presidente Sra. Isabella Carneiro Leão e pelo Diretor Financeiro Sr. Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

## 3. Presença e quórum:

Presentes a Presidente Srª. Isabella Carneiro Leão e o Diretor Financeiro Sr. Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho, compondo a totalidade dos membros eleitos e em exercício.

## 4. Mesa:

Assumiu a presidência dos trabalhos a Srª. Isabella Carneiro Leão, que convidou a Srª. Nathalie Pereira Dantas para secretariá-la.

#### 5. Ordem do Dia:

- **a)** Tomar conhecimento das Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro de 2021 e das Demonstrações Financeiras anual de 2021;
- b) Manifestar-se sobre a proposta de destinação do resultado de 2021;
- c) Determinar que as Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro de 2021 e das Demonstrações Financeiras anual de 2021 sejam divulgadas em sítio eletrônico, em atendimento ao parágrafo único do artigo 12 do Decreto nº 8.945/2016;
- d) Determinar que as Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro de 2021 e das Demonstrações Financeiras anual de 2021 sejam encaminhadas ao Conselho Fiscal, atendendo ao disposto no artigo 163, inciso VI, da Lei 6.404/76, alterado pela Lei nº 10.303/2001;
- **e)** Aprovar a celebração da Cartas de Representação referentes às Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro de 2021 e as Demonstrações Financeiras anual de 2021; e



ATA Nº: 015

f) Aprovar a emissão do Relatório Anual da Administração, relativo ao período findo em 31/12/2021.

## 6. Deliberações:

Em 28/04/2022, a Diretoria registrou o recebimento do ISA PBR-2022-0023103, a área de Contabilidade da Petrobras submeteu à apreciação desta Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro e as Demonstrações Financeiras anual, relativas ao exercício social de 2021, auditadas pela KPMG.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual, referentes ao exercício de 2021, bem como a proposta de destinação do resultado de 2021, foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO) em 03/05/2022 (93ª Reunião), tendo este colegiado recomendado a aprovação das mesmas.

Assim sendo, esta Diretoria Executiva registra que tomou conhecimento Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual da Refinaria de Mucuripe S.A, relativas ao exercício de 2021 e manifesta-se favoravelmente à proposta de destinação do resultado de 2021 à conta de prejuízos acumulados.

Em consonância com o Estatuto Social da Refinaria de Mucuripe (Título IV, Capítulo I, art. 35), esta Diretoria Executiva manifesta-se no sentido de propor à deliberação em Assembleia Geral as seguintes proposições:

- (i) Aprovar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2021;
- (ii) Aprovar a proposta de destinação do resultado 2021, destinando o prejuízo de R\$ 306 mil à conta de Prejuízos Acumulados.

Adicionalmente, esta Diretoria Executiva delibera por (i) aprovar a divulgação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual em sítio eletrônico, em atendimento ao parágrafo único do artigo 12 do Decreto nº 8.945/2016; (ii) encaminhar as Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual para o Conselho Fiscal da sociedade; (iii) firmar as Cartas de Representação, contendo as Demonstrações Financeiras Intermediárias de junho e setembro de 2021 e as Demonstrações Financeiras anual de 2021, nos termos das minutas em anexo; e (iv) aprovar a emissão do Relatório Anual da Administração, relativo ao período findo em 31/12/2021, nos termos da minuta em anexo.

Esta Diretoria Executiva manifesta-se favoravelmente à submissão em Assembleia Geral o (i) Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021; (ii) a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, no montante de R\$ 306 mil, para a conta de prejuízos acumulados.



ATA №: 015

## 7. Encerramento:

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Rio de Janeiro - RJ, 04 de maio de 2022.

<u>Isabella Carneiro Leão</u> Isabella Carneiro Leão (4 de Maio de 2022 16:05 ADT) Reynalado Lopes Carvalho Sobrinho
Reynalado Lopes Carvalho (4 de Maio de 2022 18:13 ADT)

# Isabella Carneiro Leão Presidente

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho

Diretor Financeiro



## Nathalie Pereira Dantas Secretária

Anexo 1 – ISA PBR-2022-0023103

Anexo 2 – Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30/06/2021

Anexo 3 – Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30/09/2021

Anexo 4 – Demonstrações Financeiras Anual do período findo em 31/12/2021

Anexo 5 - Cartas de Representação referente às Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30/06/2021

Anexo 6 - Cartas de Representação referente às Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30/09/2021

Anexo 7 - Carta de Representação referente às Demonstrações Financeiras Anual do período findo em 31/12/2021

Anexo 8 – Relatório da Administração 2021



PBR-2022-0023103

Informativo

**Emitido** 



Dados de Cadastro

Autor

CONTRIB/CONT/CONEM/PRGN

Data de Emissão

28/04/2022 13:48:48

Destinatário(s) - Lotações

INP/PRGN/PART-II, INP/PRGN/PART-IV

Destinatário(s) em cópia - Lotações

CONTRIB/CONT/CONEM, CONTRIB/CONT/CONEM/PRGN

Data de Criação

27/04/2022 09:11:48

**Editores** 

Jaqueline Ferreira da Rocha de Oliveira Alves, Robson Honorato

Destinatário(s) - Usuários

Isabella Carneiro Leao, Wellington Gomes Lucas, REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO, Nathalie Pereira Dantas, João

Eduardo de Souza Freixinho

Destinatário(s) em cópia - Usuários

Robson Honorato, Jaqueline Ferreira da Rocha de Oliveira Alves, Helio Antonio Barbosa dos Santos, Claudio Avelino dos Santos, Lilian Lima de Souza Estrela, Jose Silvio Petrungaro

#### Conteúdo

## Demontrações Financeiras Intermediárias e Anual da Refinaria de Mucuripe S.A. - Exercício Social de 2021

#### Síntese

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias de junho e setembro de 2021 e as demonstrações financeiras anual de 2021 da Refinaria de Mucuripe S.A., revisadas pela KPMG Auditores Independentes, que estão emitindo opinião sem ressalvas (Parecer em minuta).

As demonstrações financeiras compõem-se de:

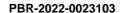
- · Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração de Resultados abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado; e
- Notas Explicativas.

A Companhia foi constituída em 17 de abril de 2021 e tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia está em fase pré-operacional e apurou um prejuízo líquido no exercício de 2021 no montante de R\$ 306 mil, em função, basicamente, dos gastos com o Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD, com a sua controladora, Petrobras.

## 2) Proposição

Em face do exposto, estando V. Sas. de acordo com os procedimentos adotados na elaboração das **demonstrações financeiras intermediárias de junho e setembro de 2021 e das demonstrações financeiras anual de 2021** apresentadas, solicitamos



Informativo

**Emitido** 



submetê-las à apreciação da Diretoria Executiva, conforme exposto no Estatuto Social da companhia, com as seguintes proposições:

- a) Tomar conhecimento das demonstrações financeiras intermediárias de junho e setembro de 2021 e das demonstrações financeiras anual de 2021;
- b) Aprovar a destinação do prejuízo do exercício de 2021, no montante de R\$ 306 mil, para a conta de prejuízos acumulados referentes às **demonstrações financeiras anual de 2021**;
- c) Determinar que as demonstrações financeiras intermediárias e anual sejam divulgadas em sítio eletrônico, em atendimento ao parágrafo único do artigo 12 do Decreto nº 8.945/2016; e
- d) Determinar que as demonstrações financeiras intermediárias de junho e setembro de 2021 e as demonstrações financeiras anual de 2021 sejam encaminhadas ao Conselho Fiscal, atendendo ao disposto no artigo 163,inciso VI, da Lei 6.404/76, alterado pela Lei nº 10.303/2001.

Atenciosamente.

Atenciosamente,

Robson Honorato
DEMONSTRACOES FINANCEIRAS PAIS - RGN

Anexos

DRAFT MUCURIPE - 2 ITR 21.pdf DRAFT MUCURIPE - 3 ITR 21.pdf DRAFT MUCURIPE - 4 ITR 21.pdf

**PETROBRAS** 

# Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2021

e relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Refinaria de Mucuripe S.A.**Fortaleza – CE

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC R I-112835/O-7



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	nonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Der	nonstração dos Fluxos de Caixa	6
Not	as Explicativas	7
1.	A Companhia e suas operações	7
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	7
3.	Sumário das principais práticas contábeis	8
4.	Caixa e equivalentes de caixa	10
5.	Remuneração da administração da Companhia	10
6.	Patrimônio Líquido	10
7.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	11
Dire	etoria Executiva	13

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30.06.2021	Patrimônio líquido	Nota	30.06.2021
Circulante Caixa e equivalentes de caixa	4	304	Capital social	6	304
		304			304



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Saldos em 30 de junho de 2021	304	-	304



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

	Abr-Jun/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>-</u>
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	_
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	304
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	304

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia segue o plano de negócios da sua controladora Petrobras na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas neste contexto.

#### 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias, e demais pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

## 2.1. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 2.2. Novas normas e pronunciamentos

## 2.2.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada nesta data.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41 - Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16 - Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16 - Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1 - Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

## b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas
  e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,
  bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação
  contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações
  subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.1.2. Passivos Financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Em sua fase pré-operacional, não foram identificados ativos ou passivos financeiros.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 7 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras intermediárias.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

		30.06.2021
Caixa e Bancos (i)		304
Total de caixa e equivalentes de caixa		304

<sup>(</sup>i) Corresponde ao valor inicial aportado na Companhia para cobrir, essencialmente, os gastos de compartilhamento de custos com a holding e pequenas taxas.

## **Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

## 5. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe.

## 6. Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo que foi aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304 e está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

## Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 7. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

#### 7.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e estão demonstradas abaixo em 30 de junho de 2021:

Ativo		30.06.2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		304
Total		304

## 7.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

## 7.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

## a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2021.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

ISABELLA CARNEIRO LEÃO
Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO CRC-RJ-054431/O Contador

# Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2021 e relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Refinaria de Mucuripe S.A.**Fortaleza – CE

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses e para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram



elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

#### **Outros Assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	monstração do Resultado	5
Der	monstração do Resultado Abrangente	6
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	8
Der	monstração do Valor Adicionado	9
Not	tas Explicativas	10
1.	A Companhia e suas operações	10
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	10
3.	Sumário das principais práticas contábeis	12
4.	Caixa e equivalentes de caixa	13
5.	Fornecedores	
6.	Partes relacionadas	
7.	Remuneração da administração da Companhia	14
8.	Tributos	
9.	Patrimônio Líquido	
10.	Despesas administrativas	16
11.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	16
Dire	etoria Executiva	18

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

## Balanço Patrimonial

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota _	30.09.2021	Passivo	Nota	30.09.2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	304	Fornecedores	5	161
			Patrimônio líquido	9	
			Capital social		304
			Prejuízos acumulados		(161)
					143
		304			304

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Jul-Set/2021	Abr-Set/2021
Despesas			
Gerais e administrativas	10	(161)	(161)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(161)	(161)
Resultado financeiro líquido			
Prejuízo antes dos impostos		(161)	(161)
Imposto de Renda e Contribuição Social			-
Prejuízo líquido do período		(161)	(161)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(0,53)	(0,53)

## (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jul-Set/2021	Abr-Set/2021
Prejuízo líquido do período	(161)	(161)
Resultado abrangente total	(161)	(161)



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do período	-	(161)	(161)
Saldos em 30 de setembro de 2021	304	(161)	143

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u> </u>	
		Abr-Set/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período		(161)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores		161
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacion	ais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investi	mentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital		304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento		304
Aumento de caixa e equivalentes		304
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do periodo		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		304

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	A	br-Set/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(161)
Valor consumido bruto		(161)
Valor consumido líquido pela Companhia		(161)
Valor consumido a distribuir		(161)
Distribuição do valor adicionado		
Acionistas		
Prejuízo líquido do período		(161)
		(161)
Valor consumido		(161)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

## 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias, e demais pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### 2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

## 2.3. Novas normas e pronunciamentos

#### 2.3.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada nesta data.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece altrações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospespectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospespectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

## b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas
  e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,
  bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação
  contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações
  subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.1.2. Passivos Financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

## b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 11 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras intermediárias.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

		30.09.2021
Caixa e Bancos (i)		304
Total		304

<sup>(</sup>i) Corresponde ao valor inicial aportado na Companhia para cobrir, essencialmente, os gastos de compartilhamento de custos com a Holding e pequenas taxas.

#### Prática Contábil

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

## 5. Fornecedores

	30.09.2021
Fornecedores	
Partes relacionadas (nota explicativa 6.1)	161
Total	161

#### 6. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

## 6.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

		Petrobras	30.09.2021
Passivo			
Circulante:			
Fornecedores			
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)		161	161
Total		161	161

Petrobras	Abr-Set/2021
	_
(161)	(161)
(161)	(161)
	(161)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

## Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe.

#### 8. Tributos

## 8.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Abr-Set/2021
Prejuízo antes dos impostos	 (161)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	55
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(55)
Imposto de renda e contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia.

### Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

# 9. Patrimônio Líquido

# 9.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo que foi aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304, está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

### Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

# 9.2. Resultado por ação

	Abr-Set/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	(161)
Quantidade de ações	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,53)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 10. Despesas administrativas

	Abr-Set/2021
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 6.1)	(161)
Total	(161)

# 11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

### 11.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e estão demonstradas abaixo em 30 de setembro de 2021:

Ativo	30.09.2021
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	304
Total	304
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	161
Total	161

# 11.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 11.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

### a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

# **DIRETORIA EXECUTIVA**

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Presidente

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO Contador CRC/RJ-054431/0

# Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório dos auditores independentes



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Refinaria de Mucuripe S.A. Fortaleza – CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Mucuripe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rel	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	monstração do Resultado	5
Der	monstração do Resultado Abrangente	6
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	7
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	8
Der	monstração do Valor Adicionado	9
Not	tas Explicativas	10
1.	A Companhia e suas operações	10
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	
3.	Sumário das principais práticas contábeis	11
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	12
5.	Novas Normas e Interpretações	12
6.	Caixa e equivalentes de caixa	14
7.	Fornecedores	14
8.	Partes relacionadas	
9.	Remuneração da administração da Companhia	15
10.	Tributos	15
11.	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	16
12.	Despesas administrativas	17
13.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	17
Dir	etoria Evecutiva	10

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

# Balanço Patrimonial

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	303	Fornecedores	7	305
			Patrimônio Líquido (Passivo descoberto)	<b>a</b> 11	
			Capital social		304
			Prejuízos acumulados		(306)
					(2)
		303			303

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021
Despesas		
Gerais e administrativas	12	(306)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(306)
Resultado financeiro líquido		
Prejuízo antes dos impostos		(306)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Prejuízo líquido do exercício		(306)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(1,01)

# (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Prejuízo líquido do exercíco	(306)
Resultado abrangente total	(306)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do exercício	-	(306)	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304	(306)	(2)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
Aumento (redução) de passivos	
Fornecedores	305
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes	303
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	303

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(306)
Valor consumido bruto	(306)
Valor consumido brato	(300)
Valor consumido líquido pela Companhia	(306)
Valor consumido a distribuir	(306)
Distribuição do valor adicionado	
Acionistas	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
	(306)
Valor consumido	(306)

# 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

### 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

# 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

# 2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

# 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### 3.1.1. Ativos financeiros

# a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

# b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas
  específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo
  quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem
  contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por
  apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

• Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

### 3.1.2. Passivos Financeiros

# a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

# b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 13 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras.

# 4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A companhia, por conta da simplicidade das operações realizadas até a conclusão dessa demonstração, não apresenta estimativas e julgamentos, que possam eventualmente afetar materialmente a situação financeira e os seus resultados.

# 5. Novas Normas e Interpretações

### 5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

**Notas Explicativas** 

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece altrações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado, valores recebidos pela venda de itens produzidos aaantes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclousure of accounting policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva para as emendas do IAS 1.
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

Quanto às emendas e normativos listados acima, a companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021
Caixa e Bancos	303
Total de caixa e equivalentes de caixa	303

O valor de R\$ 303 corresponde, principalmente, ao valor do capital inicial aportado em 17 de abril de 2021 para pagamento dos valores mensais de contrato de compartilhamento de custos e despesas (CCCD) e despesas de pequeno valor da Companhia.

### **Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

### 7. Fornecedores

		2021
Partes relacionadas (nota explicativa 8.1)		305
Total		305

# 8. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

**Notas Explicativas** 

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

# 8.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

	Petrobras	2021
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	305	305
Total	305	305

Resultado	Petrobras	2021
Despesas adminsitrativas		_
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	(306)	(306)
	(306)	(306)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

# 9. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe S.A.

# 10. Tributos

# 10.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2021
Prejuízo antes dos impostos	(306)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	104
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(104)
Imposto de renda e contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

# 11. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

# 11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304, está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

### Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

# 11.2. Prejuízos do período

A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 306. Esse resultado decorre, principalmente, da alocação dos gastos e despesas do Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD) com a Holding (vide nota explicativa 8.1).

Esse valor está representado na linha de prejuízo acumulado.

## 11.3. Resultado por ação

	Jan-Dez/21
Prejuízo atribuível aos acionistas	(306)
Quantidade de ações	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(1,01)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 12. Despesas administrativas

- -	2021
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 8.1)	(306)
Total	(306)

# 13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

### 13.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2021:

	2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303
Total	303
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	305
Total	305

# 13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 13.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

### a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

# 13.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui seguro contratado, dado a sua atual fase de operação.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

# **DIRETORIA EXECUTIVA**

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO Diretor Presidente

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO Contador CRC/RJ-054431/0

À

## **KPMG Auditores Independentes**

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar 20021-290, Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro, 04 de Maio de 2022

### Informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2021

### Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua revisão das informações financeiras intermediárias, da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, com o objetivo de expressar uma conclusão que não chegou ao conhecimento de V.Sas. nenhum fato que os leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Para fins de identificação, as informações contábeis intermediárias revisadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

Período entre 17 de abril de 2021 (data da constituição) e 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)	
	30.06.2021
Ativo	304
Patrimônio líquido	304
Resultado abrangente do trimestre	0

Confirmamos que. as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Confirmamos que, tendo feito indagações que consideramos necessárias para o propósito de nos informamos apropriadamente:

## Informações contábeis intermediárias

- 1. Cumprimos nossas responsabilidades, tal como estabelecido nos termos da proposta datada de 14 de abril de 2022, pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias descritas no parágrafo introdutório acima.
- Não ocorreram mudanças significativas nas operações da Companhia após a data de seu relatório de informações financeiras intermediárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até a data desta carta que impactam as informações financeiras intermediárias.
- 3. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- **4.** Todos os eventos subsequentes à data das informações contábeis intermediárias e para os quais o CPC 21(R1) requer ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
- **5.** Não foram identificadas distorções não corrigidas, tanto individualmente como em conjunto, para as informações contábeis intermediárias como um todo, conforme anexo incluído à esta carta de representação.

# Informações fornecidas

### 6. Fornecemos-lhes:

- Acesso a todas as informações que, pelo nosso conhecimento, são relevantes para a elaboração das informações contábeis intermediárias, tais como registros, documentação e outros assuntos;
- Disponibilizamos a V.Sas. todos os registros contábeis e documentação comprobatória e todas as atas de assembleias de acionistas e de diretoria, ou seja, aquelas realizadas até a emissão desta carta, respectivamente, e quando aplicável, resumos das ações das reuniões realizadas após a data final do período de reporte para o qual ainda não foram elaboradas as minutas das atas, especificamente as que se realizam entre a data base e nossa emissão do parecer;
- Informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua revisão; e
- Acesso irrestrito às pessoas da Companhia para a obtenção de evidências.
- **7.** Todas as transações foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas informações contábeis intermediárias.

8. Reconhecemos a nossa responsabilidade quanto ao controle interno que determinamos necessário para a elaboração das informações contábeis intermediárias, livres de distorção relevante, seja por fraude ou por erro. Em particular, reconhecemos nossa responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos para prevenir e detectar fraude e erro. Divulgamos a V.Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as informações contábeis intermediárias estejam materialmente erradas como resultado de fraude.

Anexo a esta carta estão as definições de fraude, incluindo erros decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.

- **9.** Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Companhia, envolvendo:
  - A Administração;
  - Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
  - Outros onde a fraude poderia ter efeito relevante sobre as informações financeiras intermediárias.
- **10.** Não temos conhecimento de fraude ou suspeita de fraude que afetem as informações financeiras intermediárias da Companhia, comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
- **11.** Divulgamos a V.Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das informações contábeis intermediárias.
- **12.** Adicionalmente, divulgamos a V.Sas. e contabilizamos e/ou divulgamos apropriadamente todos os litígios ou reclamações, atuais ou possíveis, e cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das informações contábeis intermediárias.
- 13. Não temos conhecimento de comunicações de reguladores, representantes do governo, autoridades fiscais ou outros em relação a investigações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos, deficiências na preparação das informações contábeis intermediárias ou outros assuntos que poderiam ter um efeito material nas informações contábeis intermediárias.
- **14.** Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.
- 15. Não temos conhecimento de:
  - Outros passivos a serem reconhecidos e outros ativos contingentes e passivos contingentes que devem ser divulgados nas informações contábeis intermediárias, incluindo os passivos ou passivos contingentes resultantes de possíveis atos ilegais; ou

- Outras questões ambientais que possam ter um impacto sobre as informações contábeis intermediárias.
- **16.** Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas da Companhia e todas as mudanças significativas com relação às partes relacionadas e transações de que temos conhecimento e todas as mudanças nos relacionamentos com partes relacionadas, e as transações foram apropriadamente contabilizadas e divulgadas.
  - Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas, conforme anexo a esta carta de representação.
- 17. Efetuamos a avaliação da capacidade da Companhia em continuar em operação, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro, que nos termos do CPC 26(R1) Apresentação das demonstrações contábeis é, de pelo menos, mas não limitado a doze meses a partir da data do balanço.

### **Ativos financeiros**

**18.** Para determinar a classificação dos ativos financeiros em conformidade com o CPC 48 — Instrumentos financeiros, avaliamos nossos modelos de negócio para gestão de ativos financeiros e se os termos contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros de acordo com os critérios divulgados a V.Sas..

# Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

- 19. Confirmamos que foram divulgadas as informações relacionadas às exposições a riscos da Companhia decorrentes de instrumentos financeiros para permitir que os usuários avaliem a natureza e a extensão desses riscos aos quais a Companhia está exposta na data de reporte, de acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.
- 20. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias sobre tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas informações contábeis intermediárias. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.
- 21. Confirmamos nosso entendimento de que:
  - Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer, significativamente, de forma antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente

diferentes daqueles incluídos naqueles dados [exceto conforme descrito nas infomações contábeis intermediárias da Companhia.

 Não divulgamos os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros derivativos das notas explicativas somente quando os vencimentos contratuais não eram essenciais ao entendimento do momento dos fluxos de caixa.

### Representações relativas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

- **22.** Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46 mensuração do valor justo.
- 23. Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual a diferença no resultado, se, e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciado por uma preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente, reconhecida como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.
- **24.** No caso de um especialista ter sido envolvido na assistência à Administração relativamente aos assuntos acima, menções adicionais a respeito do uso pela Administração de especialistas, poderão ser incluídos.
- **25.** Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 46. Acreditamos que as classificações das mensurações do valor justo foram feitas na categoria apropriada da hierarquia de valor justo.
- **26.** Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

### Outras representações

### Moeda funcional

27. Consideramos qual moeda é a moeda do ambiente econômico primário em que opera a Companhia (a "moeda funcional"). Ao efetuar essa avaliação, usamos nosso julgamento para determinar a moeda funcional que representa de maneira mais fidedigna as transações, eventos e condições da Companhia. Concluímos que a moeda funcional da Companhia é o Real.

Representações relativas a integridade da informação fornecida relacionada com principais premissas e julgamentos feitos pela administração com referência a requerimentos específicos das normas

- **28.** Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:
  - classificação e reclassificação de instrumentos financeiros;
  - critério desenvolvido pela Companhia para diferenciar propriedade para investimento de propriedade ocupada pelo proprietário e de propriedade mantida para venda no curso normal dos negócios, quando a classificação da propriedade for difícil, conforme descrito no CPC 28 - Propriedade para Investimento;
  - principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
  - os métodos e premissas significativos aplicados na determinação do valor justo de propriedade para investimento, incluindo uma declaração se o valor justo está suportado por evidência de mercado ou foi baseado em outros fatores, que a Companhia divulgou, por causa da natureza da propriedade e falta de dados de mercado comparáveis;
  - premissas relevantes aplicados na mensuração do valor justo da contraprestação recebida com relação a serviços de construção ou melhoria prestados pela Companhia conforme acordos de concessão dentro do escopo do ICPC 01 - Contratos de Concessão.

# Representação relacionada ao impacto da adoção de novas normas

29. Divulgamos nas informações contábeis intermediárias as informações relevantes sobre a avaliação do possível impacto que a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, que foram emitidas mas que ainda não estão em vigor, terá nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erros, na medida em que esta informação seja conhecida ou razoavelmente estimável.

### **Outras representações**

- **30.** Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, alterações no estatuto, reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:
  - Reunião da Diretoria Executiva 04 de maio de 2022
  - Assembleia Geral Extraordinária (AGE) 30 de março de 2022

- **31.** Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou os executivos da Companhia.
- **32.** Confirmamos junto a companhia e verificamos que não há consultores jurídicos externos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor da ou contra a Companhia, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência .
- **33.** Não temos conhecimento de litígios ou reivindicações que estejam sob os cuidados de outros assessores jurídicos senão os tratados pelos consultores ou advogados internos.
- **34.** Informamos ainda que todos os processos ajuizados em nome da Companhia são patrocinados pelos advogados interno da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.

Atenciosamente,
Isabella Carneiro Leão
Presidente
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Diretor Financeiro
José Silvio Petrungaro
CRC-RJ-054431/O

Contador

### Anexo I à carta de representação da Administração da Refinaria de Mucuripe S.A.

# Definições

### Demonstrações financeiras intermediárias

O CPC 26(R1).10 estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas
- (ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;
- (f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a Companhia aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e
- (f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

### Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

O CPC 26(R1).7 e o CPC 23.5 afirmam o seguinte:

"A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da Companhia.

A materialidade depende da natureza ou magnitude da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

A informação é obscura se for comunicada de forma que teria efeito semelhante, para os usuários primários das demonstrações contábeis, à omissão ou ao erro dessa informação.

Seguem-se exemplos de circunstâncias que podem resultar na ocultação de informações relevantes:

- (a) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas a linguagem utilizada é vaga ou pouco clara;
- (b) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante estão dispersas nas demonstrações contábeis;
- (c) itens distintos, transações ou outros eventos são agregados de forma inadequada;
- (d) itens similares, transações ou outros eventos são desagregados inadequadamente; e
- (e) a compreensibilidade das demonstrações contábeis é reduzida como resultado de informações materiais ocultas por informações imateriais, na medida em que o usuário principal não conseque determinar quais informações são relevantes.

Avaliar se poderia ser razoavelmente esperado que a informação influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações contábeis para fins gerais de entidade específica requer que a entidade considere as características desses usuários e, ao mesmo tempo, considere as próprias circunstâncias da entidade.

Muitos investidores e outros credores existentes e potenciais não podem exigir que a entidade que reporta forneça informações diretamente a eles e devem confiar nas demonstrações contábeis para fins gerais para grande parte das informações financeiras de que precisam. Consequentemente, eles são os usuários primários para os quais as demonstrações contábeis para fins gerais são direcionadas. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários que tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de negócios e que revisem e analisem as informações com diligência. Às vezes, até mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar ajuda de consultor para entender às informações sobre fenômenos econômicos complexos."

### **Fraude**

Relatórios financeiros fraudulentos envolvem distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas informações contábeis intermediárias para enganar os seus usuários

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos da entidade. É muitas vezes acompanhado por registros ou documentos falsos ou enganosos, com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização.

### **Erro**

Um erro é uma distorção não intencional nas informações contábeis intermediárias, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas informações contábeis intermediárias da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as informações contábeis intermediárias desses períodos foram autorizadas para emissão e
- b) poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas informações contábeis intermediárias.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contabeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

# Administração

Para fins desta carta, referências para Administração devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

### Partes relacionadas

**Parte relacionada** é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as informações contábeis intermediárias.

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
  - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
  - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
  - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
  - a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são interrelacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
  - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);

- (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
- (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade
   e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
- (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Uma entidade que reporta está isenta dos requisitos de divulgação do CPC 05.18 em relação a transações com partes relacionadas e saldos pendentes, incluindo compromissos, com:

- (a) um governo que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade que reporta; e
- (b) outra entidade que seja uma parte relacionada porque o mesmo governo tem controle ou controle conjunto ou influência significativa sobre, tanto a entidade que reporta como a outra entidade.

**Transação com parte relacionada** é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

#### Anexo II

Sumário de diferenças de revisão não corrigidas

#### Período findo em 30/06/2021

Valores em R\$

		Entre com a correção requerida para data-base		Demonstração do resultado - Débito (Crédito)		Efeito no balanço - Débito (Crédito)					
#	Descrição da diferença	Contas Débito (Crédito)		Efeito do resultado das correções no balanço do ano anterior (trazidas do ano anterior)	Efeitos no resultado do exercício	Patrimônio Liquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
	Não houve				-	-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-	-	-	-
Efeito agregado das diferenças não corrigidas (antes dos impostos):			-	-	-	-	-	-	-		
	Efeito dos impostos:			-	-	-	-	-	-	-	
	Efeito agregado das diferenças não corrigidas (depois dos impostos):				-	-	-	-	-	-	-

#### À

#### **KPMG Auditores Independentes**

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar 20021-290, Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro, 04 de Maio de 2022

#### Informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021

#### Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua revisão das informações financeiras intermediárias, da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, com o objetivo de expressar uma conclusão que não chegou ao conhecimento de V.Sas. nenhum fato que os leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Para fins de identificação, as informações contábeis intermediárias revisadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

Período entre 17 abril de 2021 (data da constituição) e 30 de setembro de 2021				
(Em milhares de reais)				
	30.09.2021			
Ativo	304			
Passivo	161			
Patrimônio líquido	143			
	Jan-Set/21			
Resultado abrangente do período (161)				

Confirmamos que, as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Confirmamos que, tendo feito indagações que consideramos necessárias para o propósito de nos informamos apropriadamente:

#### Informações contábeis intermediárias

- Cumprimos nossas responsabilidades, tal como estabelecido nos termos da proposta datada de 14 de abril de 2022, pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias descritas no parágrafo introdutório acima.
- Não ocorreram mudanças significativas nas operações da Companhia após a data de seu relatório de informações financeiras intermediárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até a data desta carta que impactam as informações financeiras intermediárias.
- 3. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- **4.** Todos os eventos subsequentes à data das informações contábeis intermediárias e para os quais o CPC 21(R1) requer ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
- **5.** Não foram identificadas distorções não corrigidas, tanto individualmente como em conjunto, para as informações contábeis intermediárias como um todo, conforme anexo incluído à esta carta de representação.

#### Informações fornecidas

#### 6. Fornecemos-lhes:

- Acesso a todas as informações que, pelo nosso conhecimento, são relevantes para a elaboração das informações contábeis intermediárias, tais como registros, documentação e outros assuntos;
- Disponibilizamos a V.Sas. todos os registros contábeis e documentação comprobatória e todas as atas de assembleias de acionistas e de diretoria, ou seja, aquelas realizadas até a emissão desta carta, respectivamente, e quando aplicável, resumos das ações das reuniões realizadas após a data final do período de reporte para o qual ainda não foram elaboradas as minutas das atas, especificamente as que se realizam entre a data base e nossa emissão do parecer;
- Informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua revisão; e
- Acesso irrestrito às pessoas da Companhia para a obtenção de evidências.

- **7.** Todas as transações foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas informações contábeis intermediárias.
- 8. Reconhecemos a nossa responsabilidade quanto ao controle interno que determinamos necessário para a elaboração das informações contábeis intermediárias, livres de distorção relevante, seja por fraude ou por erro. Em particular, reconhecemos nossa responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos para prevenir e detectar fraude e erro. Divulgamos a V.Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as informações contábeis intermediárias estejam materialmente erradas como resultado de fraude.

Anexo a esta carta estão as definições de fraude, incluindo erros decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.

- **9.** Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Companhia, envolvendo:
  - A Administração;
  - Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
  - Outros onde a fraude poderia ter efeito relevante sobre as informações financeiras intermediárias.
- **10.** Não temos conhecimento de fraude ou suspeita de fraude que afetem as informações financeiras intermediárias da Companhia, comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
- **11.** Divulgamos a V.Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das informações contábeis intermediárias.
- **12.** Adicionalmente, divulgamos a V.Sas. e contabilizamos e/ou divulgamos apropriadamente todos os litígios ou reclamações, atuais ou possíveis, e cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das informações contábeis intermediárias.
- 13. Não temos conhecimento de comunicações de reguladores, representantes do governo, autoridades fiscais ou outros em relação a investigações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos, deficiências na preparação das informações contábeis intermediárias ou outros assuntos que poderiam ter um efeito material nas informações contábeis intermediárias.
- **14.** Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.

#### 15. Não temos conhecimento de:

- Outros passivos a serem reconhecidos e outros ativos contingentes e passivos contingentes que devem ser divulgados nas informações contábeis intermediárias, incluindo os passivos ou passivos contingentes resultantes de possíveis atos ilegais; ou
- Outras questões ambientais que possam ter um impacto sobre as informações contábeis intermediárias.
- **16.** Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas da Companhia e todas as mudanças significativas com relação às partes relacionadas e transações de que temos conhecimento e todas as mudanças nos relacionamentos com partes relacionadas, e as transações foram apropriadamente contabilizadas e divulgadas.
  - Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas, conforme anexo a esta carta de representação.
- 17. Efetuamos a avaliação da capacidade da Companhia em continuar em operação, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro, que nos termos do CPC 26(R1) Apresentação das demonstrações contábeis é, de pelo menos, mas não limitado a doze meses a partir da data do balanço.

#### **Ativos financeiros**

**18.** Para determinar a classificação dos ativos financeiros em conformidade com o CPC 48 — Instrumentos financeiros, avaliamos nossos modelos de negócio para gestão de ativos financeiros e se os termos contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros de acordo com os critérios divulgados a V.Sas..

#### Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

- 19. Confirmamos que foram divulgadas as informações relacionadas às exposições a riscos da Companhia decorrentes de instrumentos financeiros para permitir que os usuários avaliem a natureza e a extensão desses riscos aos quais a Companhia está exposta na data de reporte, de acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.
- 20. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias sobre tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas informações contábeis intermediárias. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

- **21.** Confirmamos nosso entendimento de que:
  - Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer, significativamente, de forma antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente diferentes daqueles incluídos naqueles dados [exceto conforme descrito nas infomações contábeis intermediárias da Companhia.
  - Não divulgamos os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros derivativos das notas explicativas somente quando os vencimentos contratuais não eram essenciais ao entendimento do momento dos fluxos de caixa.

#### Representações relativas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

- **22.** Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46 mensuração do valor justo.
- 23. Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual a diferença no resultado, se, e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciado por uma preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente, reconhecida como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.
- **24.** No caso de um especialista ter sido envolvido na assistência à Administração relativamente aos assuntos acima, menções adicionais a respeito do uso pela Administração de especialistas, poderão ser incluídos.
- **25.** Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 46. Acreditamos que as classificações das mensurações do valor justo foram feitas na categoria apropriada da hierarquia de valor justo.
- **26.** Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

#### Outras representações

#### Moeda funcional

27. Consideramos qual moeda é a moeda do ambiente econômico primário em que opera a Companhia (a "moeda funcional"). Ao efetuar essa avaliação, usamos nosso julgamento para determinar a moeda funcional que representa de maneira mais fidedigna as transações, eventos e condições da Companhia. Concluímos que a moeda funcional da Companhia é o Real.

Representações relativas a integridade da informação fornecida relacionada com principais premissas e julgamentos feitos pela administração com referência a requerimentos específicos das normas

- **28.** Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:
  - classificação e reclassificação de instrumentos financeiros;
  - critério desenvolvido pela Companhia para diferenciar propriedade para investimento de propriedade ocupada pelo proprietário e de propriedade mantida para venda no curso normal dos negócios, quando a classificação da propriedade for difícil, conforme descrito no CPC 28 - Propriedade para Investimento;
  - principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
  - os métodos e premissas significativos aplicados na determinação do valor justo de propriedade para investimento, incluindo uma declaração se o valor justo está suportado por evidência de mercado ou foi baseado em outros fatores, que a Companhia divulgou, por causa da natureza da propriedade e falta de dados de mercado comparáveis;
  - premissas relevantes aplicados na mensuração do valor justo da contraprestação recebida com relação a serviços de construção ou melhoria prestados pela Companhia conforme acordos de concessão dentro do escopo do ICPC 01 - Contratos de Concessão.

#### Representação relacionada ao impacto da adoção de novas normas

29. Divulgamos nas informações contábeis intermediárias as informações relevantes sobre a avaliação do possível impacto que a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, que foram emitidas mas que ainda não estão em vigor, terá nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erros, na medida em que esta informação seja conhecida ou razoavelmente estimável.

#### Outras representações

- **30.** Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, alterações no estatuto, reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:
  - Reunião da Diretoria Executiva 04 de maio de 2022
  - Assembleia Geral Extraordinária (AGE) 30 de março de 2022
- **31.** Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou os executivos da Companhia.
- **32.** Confirmamos junto a companhia e verificamos que não há consultores jurídicos externos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor da ou contra a Companhia, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência .
- **33.** Não temos conhecimento de litígios ou reivindicações que estejam sob os cuidados de outros assessores jurídicos senão os tratados pelos consultores ou advogados internos.
- **34.** Informamos ainda que todos os processos ajuizados em nome da Companhia são patrocinados pelos advogados interno da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.

Atenciosamente,
Isabella Carneiro Leão
Presidente
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Diretor Financeiro
José Silvio Petrungaro
CRC-RJ-054431/O
Contador

#### Anexo I à carta de representação da Administração da Refinaria de Mucuripe S.A.

#### Definições

#### Demonstrações financeiras intermediárias

O CPC 26(R1).10 estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas
- (ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;
- (f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a Companhia aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e
- (f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

#### Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

O CPC 26(R1).7 e o CPC 23.5 afirmam o seguinte:

"A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da Companhia.

A materialidade depende da natureza ou magnitude da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

A informação é obscura se for comunicada de forma que teria efeito semelhante, para os usuários primários das demonstrações contábeis, à omissão ou ao erro dessa informação.

Seguem-se exemplos de circunstâncias que podem resultar na ocultação de informações relevantes:

- (a) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas a linguagem utilizada é vaga ou pouco clara;
- (b) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante estão dispersas nas demonstrações contábeis;
- (c) itens distintos, transações ou outros eventos são agregados de forma inadequada;
- (d) itens similares, transações ou outros eventos são desagregados inadequadamente; e
- (e) a compreensibilidade das demonstrações contábeis é reduzida como resultado de informações materiais ocultas por informações imateriais, na medida em que o usuário principal não consegue determinar quais informações são relevantes.

Avaliar se poderia ser razoavelmente esperado que a informação influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações contábeis para fins gerais de entidade específica requer que a entidade considere as características desses usuários e, ao mesmo tempo, considere as próprias circunstâncias da entidade.

Muitos investidores e outros credores existentes e potenciais não podem exigir que a entidade que reporta forneça informações diretamente a eles e devem confiar nas demonstrações contábeis para fins gerais para grande parte das informações financeiras de que precisam. Consequentemente, eles são os usuários primários para os quais as demonstrações contábeis para fins gerais são direcionadas. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários que tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de negócios e que revisem e analisem as informações com diligência. Às vezes, até mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar ajuda de consultor para entender às informações sobre fenômenos econômicos complexos."

#### **Fraude**

Relatórios financeiros fraudulentos envolvem distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas informações contábeis intermediárias para enganar os seus usuários

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos da entidade. É muitas vezes acompanhado por registros ou documentos falsos ou enganosos, com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização.

#### **Erro**

Um erro é uma distorção não intencional nas informações contábeis intermediárias, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas informações contábeis intermediárias da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as informações contábeis intermediárias desses períodos foram autorizadas para emissão e
- b) poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas informações contábeis intermediárias.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contabeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

#### Administração

Para fins desta carta, referências para Administração devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

#### Partes relacionadas

**Parte relacionada** é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as informações contábeis intermediárias.

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
  - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
  - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
  - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
  - a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são interrelacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
  - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);

- (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
- (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
- (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Uma entidade que reporta está isenta dos requisitos de divulgação do CPC 05.18 em relação a transações com partes relacionadas e saldos pendentes, incluindo compromissos, com:

- (a) um governo que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade que reporta; e
- (b) outra entidade que seja uma parte relacionada porque o mesmo governo tem controle ou controle conjunto ou influência significativa sobre, tanto a entidade que reporta como a outra entidade.

**Transação com parte relacionada** é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

#### Anexo II

Sumário de diferenças de revisão não corrigidas

#### Período findo em 30/09/2021

Valores em R\$

		Entre com a correção requerida para data-base		Demonstração do resultado - Débito (Crédito)		Efeito no balanço - Débito (Crédito)					
#	Descrição da diferença	Contas Débito (Crédito)		Efeito do resultado das correções no balanço do ano anterior (trazidas do ano anterior)	Efeitos no resultado do exercício	Patrimônio Liquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
	Não houve				-	-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-	-	-	-
Efeito agregado das diferenças não corrigidas (antes dos impostos):			-	-	-	-	-	-	-		
	Efeito dos impostos:			-	-	-	-	-	-	-	
	Efeito agregado das diferenças não corrigidas (depois dos impostos):				-	-	-	-	-	-	-

À

#### **KPMG Auditores Independentes**

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar 20021-290, Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022.

#### Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

#### Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. V.sas. também aplicaram os mesmos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

Período entre 17 de abril de 2021 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)					
	31.12.2021				
Total do Ativo	303				
Total do Passivo	305				
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(2)				
Resultado abrangente do exercício	(306)				

Confirmamos que, as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Confirmamos que, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

#### Demonstrações financeiras

1. Cumprimos nossas responsabilidades, tais como estabelecidas nos termos da proposta datada de 14 de abril de 2022, pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 2. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
- **4.** Não foram identificadas distorções não corrigidas, tanto individualmente como em conjunto, para as demonstrações financeiras como um todo, conforme anexo incluído à esta carta de representação.

#### Informações fornecidas

#### Fornecemos-lhes:

- **5.** acesso a todas as informações que temos ciência que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros;
- **6.** informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua auditoria; e
- 7. acesso irrestrito às pessoas da Companhia, para obtenção de evidências de auditoria.
- 8. Disponibilizamos a V.Sas. todos os registros contábeis e documentação comprobatória e todas as atas de assembleias de acionistas e de diretoria, ou seja, aquelas realizadas até a data de emissão desta carta, respectivamente, e quando aplicável, resumos das ações das reuniões realizadas após a data final do período de reporte para o qual ainda não foram elaboradas as minutas das atas, especificamente as que se realizam entre a data base e a data do nosso parecer.
- **9.** Todas as transações foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras.

#### Confirmamos que:

- **10.** Divulgamos a V. Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras estão livres de ter distorção relevante como resultado de fraude.
  - No anexo desta carta está a definição de fraude, incluindo distorções decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.
- **11.** Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Companhia, envolvendo:
  - A Administração;
  - Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e

- Outros, onde a fraude poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.
- **12.** Não temos conhecimento de denúncias de fraude ou suspeita de fraude comunicados por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores entre outros.
- 13. Não temos conhecimento de comunicações de órgãos reguladores, representantes governamentais, autoridades fiscais ou outras notificações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos, deficiências na elaboração de relatórios financeiros ou outros assuntos que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.
- **14.** Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.

#### 15. Não temos conhecimento de:

- Outros passivos a serem reconhecidos e outros ativos contingentes e passivos contingentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a CPC 25 - Provisões, Passivos contingentes e ativos contingentes, incluindo os passivos ou passivos contingentes resultantes de possíveis atos ilegais; ou
- Outras questões ambientais que possam ter um impacto sobre as demonstrações financeiras.
- **16.** Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas da Companhia e todos os relacionamentos e transações de que temos conhecimento e todos esses relacionamentos e transações foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
  - Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas nos termos da CPC 05 e conforme anexo a esta carta de representação.
- 17. Efetuamos a avaliação da capacidade da Companhia em continuar em operação, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro que, nos termos do CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, contempla o período mínimo (mas não limitado a esse período) de doze meses a partir da data do balanço.

#### **Ativos financeiros**

**18.** Ao determinar a classificação dos ativos financeiros em conformidade com o CPC 48 — Instrumentos financeiros, avaliamos nossos modelos de negócios para gerenciar ativos financeiros e se as condições contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros de acordo com os critérios divulgados para V.Sas.

#### Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

- 19. Confirmamos que disponibilizamos a V.Sas. todas as informações relacionadas às exposições a riscos da Companhia oriundas de instrumentos financeiros que são adequadas para permitir aos usuários avaliar a natureza e extensão desses riscos aos quais a Companhia está exposta ao final do período para o qual as demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.
- 20. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias sobre tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.
- **21.** Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer de maneira significativamente antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente.

#### Representações relacionadas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

- **22.** Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46 mensuração do valor justo.
- 23. Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual à diferença no resultado, se e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciada por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente, reconhecida como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.
- **24.** Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 46. Acreditamos que as divulgações categorizam de maneira adequada as mensurações do valor justo na hierarquia de valor justo.
- **25.** Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

#### Outras representações

#### Moeda funcional

26. Consideramos qual moeda reflete o ambiente econômico principal em que a Companhia opera (a "moeda funcional"). Ao efetuar essa avaliação, usamos nosso julgamento para determinar a moeda funcional que representa de maneira mais fidedigna as transações, eventos e condições da Companhia. Concluímos que a moeda funcional da Companhia é o Real.

# Representações relativas à integridade da informação fornecida relacionada com as principais premissas e julgamentos feitos pela administração

- **27.** Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:
  - Premissas chave com relação ao futuro, e outras fontes chave de incerteza de estimativas determinadas na data do balanço, que têm o risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, incluindo:
    - principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### Representação relacionada ao impacto da adoção de novos pronunciamentos

28. Divulgamos nas demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliar o possível impacto que a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, que foram emitidas, mas ainda não estão em vigor, terá nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, de acordo com o CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Erros, na medida em que esta informação seja conhecida ou razoavelmente estimável.

#### Outras representações

- 29. Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:
  - Reunião da Diretoria Executiva 04 de maio de 2022
  - Assembleia Geral Extraordinária (AGE) 30 de março de 2022
- **30.** Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou os executivos da Companhia.

- 31. Confirmamos junto a companhia e verificamos que não há consultores jurídicos externos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor da ou contra a Companhia, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.
- **32.** Não temos conhecimento de litígios ou reivindicações que estejam sob os cuidados de outros assessores jurídicos senão os tratados pelos consultores ou advogados internos
- **33.** Informamos ainda que todos os processos ajuizados em nome da Companhia são patrocinados pelos advogados interno da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.

Atenciosamente,
Isabella Carneiro Leão
Presidente
Day and day Lay an Compally a Calculate
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Diretor Financeiro

José Silvio Petrungaro CRC-RJ-054431/O Contador

#### Anexo à carta de representação da Administração da Refinaria de Mucuripe S.A.

#### Definições

#### Demonstrações financeiras

O CPC 26.10 estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- balanço patrimonial ao final do período;
- demonstração do resultado do período;
- demonstração do resultado abrangente do período;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- demonstração dos fluxos de caixa do período;
- notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações financeiras; e
- demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

#### Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

Os CPC 26.7 e o CPC 23.5 afirmam o seguinte:

"A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

A materialidade depende da natureza ou magnitude da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

A informação é obscura se for comunicada de forma que teria efeito semelhante, para os usuários primários das demonstrações contábeis, à omissão ou ao erro dessa informação. Seguem-se exemplos de circunstâncias que podem resultar na ocultação de informações relevantes:

(a) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas a linguagem utilizada é vaga ou pouco clara;

- (b) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante estão dispersas nas demonstrações contábeis;
- (c) itens distintos, transações ou outros eventos são agregados de forma inadequada;
- (d) itens similares, transações ou outros eventos são desagregados inadequadamente; e
- (e) a compreensibilidade das demonstrações contábeis é reduzida como resultado de informações materiais ocultas por informações imateriais, na medida em que o usuário principal não consegue determinar quais informações são relevantes.

Avaliar se poderia ser razoavelmente esperado que a informação influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações contábeis para fins gerais de entidade específica requer que a entidade considere as características desses usuários e, ao mesmo tempo, considere as próprias circunstâncias da entidade.

Muitos investidores e outros credores existentes e potenciais não podem exigir que a entidade que reporta forneça informações diretamente a eles e devem confiar nas demonstrações contábeis para fins gerais para grande parte das informações financeiras de que precisam. Consequentemente, eles são os usuários primários para os quais as demonstrações contábeis para fins gerais são direcionadas. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários que tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de negócios e que revisem e analisem as informações com diligência. Às vezes, até mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar ajuda de consultor para entender às informações sobre fenômenos econômicos complexos."

#### Fraude

Preparar relatórios financeiros fraudulentos envolve distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os seus usuários.

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos. É muitas vezes acompanhado por registros falsos ou enganosos ou documentos com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização .

#### **Erro**

Um erro é uma distorção não intencional nas demonstrações financeiras, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e
- poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contabeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

#### Administração

Para fins desta carta, referências para "Administração" devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

#### Partes relacionadas e transações com partes relacionadas

**Parte relacionada** é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as demonstrações financeiras (tratada no CPC 05 como "entidade que reporta a informação").

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
  - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
  - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
  - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
  - a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são interrelacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
  - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
  - (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
  - (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
  - (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
  - (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);

- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Uma entidade que reporta está isenta dos requisitos de divulgação do CPC 05.18 em relação a transações com partes relacionadas e saldos pendentes, incluindo compromissos, com:

- (a) um governo que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade que reporta; e
- (b) outra entidade que seja uma parte relacionada porque o mesmo governo tem controle ou controle conjunto ou influência significativa sobre, tanto a entidade que reporta como a outra entidade.

**Transação com parte relacionada** é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

#### **ANEXO II**

Sumário de diferenças de auditoria não corrigidas

#### Período findo em 31/12/2021

Valores em R\$

Entre com a correção requerida para data-base				Demonstraç resultado - Débit		Efeito no balanço - Débito (Crédito)					
#	Descrição da diferença	Contas Débito (Crédito) ba		Efeito do resultado das correções no balanço do ano anterior (trazidas do ano anterior)	Efeitos no resultado do exercício	Patrimônio Liquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
	No. 1				-	-	-	-	-	-	-
	Não houve				-	-	-	-	-	-	-
Efeito agregado das diferenças não corrigidas (antes dos impostos):				-	-	-	-	•	-	-	
Efeito dos impostos:				-	-	•	•	•	-	-	
	Efeito agregado das diferencas não corrigidas (depois dos impostos):					-	-	-	-	-	-

## Relatório da Administração 2021

Á Assembleia de Acionistas Refinaria de Mucuripe S.A. Fortaleza - CE

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes.

#### **ASPECTOS OPERACIONAIS**

A Refinaria de Mucuripe S.A. (Refinaria de Mucuripe) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., localizada em Fortaleza, no estado do Ceará. Iniciou suas atividades em 17/04/2021, data em que finalizou seu processo de constituição, com o deferimento do arquivamento da Escritura Pública de Constituição da sociedade pela Junta Comercial do Estado do Ceará e respectiva obtenção do CNPJ.

A Companhia tem por objeto executar as seguintes atividades: (i) refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e combustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Petrobras será responsável pela manutenção financeira e operação da companhia até a conclusão do processo de alienação da Sociedade para o novo comprador.

#### ASPECTOS COMERCIAIS (EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 13/09/2019, a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio, anunciou a venda de ativos em refino e logística associada no país, que inclui a LUBNOR, assim como seus ativos logísticos associados.

Atualmente, o processo de desinvestimento da LUBNOR encontra-se na fase não vinculante, conforme Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras.

### POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

As disposições estatutárias da sociedade atendem a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3°, do Decreto 8.945/2016. Adicionalmente, todas as Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras foram adotadas pela sociedade ao longo de 2021.

Considerando que os ativos a serem aportados na Refinaria de Mucuripe ainda estão em face da Petrobras, os Projetos Socioambientais da Sociedade, que está em processo de desinvestimento, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora, no qual contempla a visão do ativo LUBNOR.

#### ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

No ato da constituição da Refinaria de Mucuripe, houve a integralização de capital inicial da Controladora na ordem de na ordem de R\$ 304 mil com equivalência em Caixa, conforme demonstrado na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 - Balanco Patrimonial 2021 (em R\$ mil)

Ativo	2021	Passivo	2021
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303	Fornecedores	305
		Passivo a descoberto	
		Capital social realizado	304
		Prejuízos acumulados	-306
			-2
	303		303

A Conta Fornecedores do Passivo Circulante refere-se às provisões de despesas das atividades do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) celebrado com a Controladora Petrobras, na ordem de R\$ 305 mil.

Em decorrência das despesas com CCCD e outras despesas de registros de atos societários, a Refinaria de Mucuripe registrou prejuízo na ordem de R\$ 306 mil em 2021, conforme demonstrado na **Tabela 2**, abaixo.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado 2021

DRE (R\$ mil)	2021
Lucro Bruto	-
Gerais e administrativas	(306)
Despesas operacionais	(306)
Lucro antes do result. financ. e impostos	(306)
Resultado financeiro líquido	(0)
Despesas financeiras	(0)
Resultado antes dos impostos	(306)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(306)

#### PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2021 (período compreendido entre 17 de abril e 31 de dezembro de 2021) a Refinaria de Mucuripe apresentou prejuízo, a proposta de Destinação de Resultado 2021 apresentada pelos Administradores da Companhia, na **Tabela 3** abaixo, será destinar o Prejuízo do Exercício na ordem de R\$ 306 mil para a conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido da Sociedade, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2021

Destinação de Resultado (R\$)	2021
Prejuízos Acumulados	(305.610,23)
Prejuízo Remanescente	(305.610,23)

O saldo remanescente do prejuízo acumulado será de R\$ 306 mil após realizada a destinação de resultado 2021.

#### **AGRADECIMENTOS**

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2021.

Fortaleza - CE, 05 de maio de 2022.	
ISABELLA CARNEIRO LEÃO	REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Presidente	Diretor Financeiro

# 015\_Ata RDE DFs 2021 Mucuripe - 04.05.2022

Relatório de auditoria final 2022-05-04

Criado em: 2022-05-04

Por: Wellington Gomes Lucas (wglucas@petrobras.com.br)

Status: Assinado

ID da transação: CBJCHBCAABAA2-G-il6gu3rbfpJ5VjSj2PTZ9BNWZudZ

# Histórico de "015\_Ata RDE DFs 2021 Mucuripe - 04.05.2022"

- Documento criado por Wellington Gomes Lucas (wglucas@petrobras.com.br) 2022-05-04 18:38:02 GMT- Endereço IP: 164.85.17.120
- Documento enviado por email para Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-04 18:39:12 GMT
- Documento enviado por email para Reynalado Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br) para assinatura

2022-05-04 - 18:39:13 GMT

- Documento enviado por email para Isabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-04 18:39:13 GMT
- Email visualizado por Isabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br) 2022-05-04 19:04:28 GMT- Endereço IP: 104.47.70.126
- lsabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-04 - 19:05:15 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120

- Documento assinado eletronicamente por Isabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br)

  Data da assinatura: 2022-05-04 19:05:15 GMT Fonte da hora: servidor- Endereco IP: 164.85.87.120
- Email visualizado por Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) 2022-05-04 20:30:55 GMT- Endereço IP: 104.47.58.126
- Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-04 - 20:31:09 GMT- Endereço IP: 177.41.61.177

Documento assinado eletronicamente por Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2022-05-04 - 20:31:09 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 177.41.61.177

- Email visualizado por Reynalado Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br) 2022-05-04 21:12:47 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126
- Reynalado Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-04 - 21:13:16 GMT- Endereço IP: 164.85.17.120

- Documento assinado eletronicamente por Reynalado Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br)

  Data da assinatura: 2022-05-04 21:13:16 GMT Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 164.85.17.120
- Contrato finalizado. 2022-05-04 - 21:13:16 GMT

# Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de

e relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	latório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	6
Not	tas Explicativas	7
1.	A Companhia e suas operações	7
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	7
3.	Sumário das principais práticas contábeis	8
4.	Caixa e equivalentes de caixa	10
5.	Remuneração da administração da Companhia	10
6.	Patrimônio Líquido	10
7.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	11
Dire	etoria Executiva	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Refinaria de Mucuripe S.A.**Fortaleza – CE

#### Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 — Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



#### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30.06.2021	Patrimônio líquido	Nota _	30.06.2021
Circulante Caixa e equivalentes de caixa	4	304	Capital social	6	304
		304			304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Saldos em 30 de junho de 2021	304	-	304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de junho de 2021. (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

	Abr-Jun/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	-
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	304
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia segue o plano de negócios da sua controladora Petrobras na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas neste contexto.

#### 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

#### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias, e demais pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

#### 2.1. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 2.2. Novas normas e pronunciamentos

#### 2.2.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada nesta data.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41 - Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16 - Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16 - Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1 - Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

#### 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas
  e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,
  bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação
  contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações
  subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.1.2. Passivos Financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Em sua fase pré-operacional, não foram identificados ativos ou passivos financeiros.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 7 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras intermediárias.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2021
Caixa e Bancos (i)	304
Total de caixa e equivalentes de caixa	304

<sup>(</sup>i) Corresponde ao valor inicial aportado na Companhia para cobrir, essencialmente, os gastos de compartilhamento de custos com a holding e pequenas taxas.

#### **Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe.

#### 6. Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo que foi aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304 e está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

#### Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 7. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

#### 7.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e estão demonstradas abaixo em 30 de junho de 2021:

	30.06.2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	304
Total	304

#### 7.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### 7.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

#### a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2021.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

וח	P	F٦	$\Gamma$	R	ıΛ	EX	F	^I	IT	11/	Λ
-	ш			ıN	-	$L_{\Lambda}$			, , ,	. v ,	-

ISABELLA CARNEIRO LEÃO
Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO CRC-RJ-054431/O Contador

## Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2021 e relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Refinaria de Mucuripe S.A.**Fortaleza – CE

#### Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses e para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



#### **Outros Assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	nonstração do Resultado	5
Der	nonstração do Resultado Abrangente	6
Der	nonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Der	nonstração dos Fluxos de Caixa	8
Der	nonstração do Valor Adicionado	9
Not	as Explicativas	10
1.	A Companhia e suas operações	10
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	10
3.	Sumário das principais práticas contábeis	12
4.	Caixa e equivalentes de caixa	13
5.	Fornecedores	13
6.	Partes relacionadas	13
7.	Remuneração da administração da Companhia	14
8.	Tributos	14
9.	Patrimônio Líquido	15
10.	Despesas administrativas	16
11.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	16
Dire	etoria Executiva	18

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

#### Balanço Patrimonial

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo Circulante	Nota	30.09.2021	Passivo Circulante	Nota	30.09.2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	304	Fornecedores	5	161
			Patrimônio líquido Capital social Prejuízos acumulados	9	304 (161) 143
		304			304

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota _	Jul-Set/2021	Abr-Set/2021
Despesas Gerais e administrativas	10	(161)	(161)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(161)	(161)
Resultado financeiro líquido		-	
Prejuízo antes dos impostos		(161)	(161)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Prejuízo líquido do período		(161)	(161)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(0,53)	(0,53)

## Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jul-Set/2021	Abr-Set/2021
Prejuízo líquido do período	(161)	(161)
Resultado abrangente total	(161)	(161)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do período	-	(161)	(161)
Saldos em 30 de setembro de 2021	304	(161)	143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Abr-Set/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do período	(161)
Aumento (redução) de passivos	
Fornecedores	161
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes	304
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	304

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Abr-Set/2021
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(161)
Valor consumido bruto	(161)
Valor consumido líquido pela Companhia	(161)
Valor consumido a distribuir	(161)
Distribuição do valor adicionado	
Acionistas	
Prejuízo líquido do período	(161)
	(161)
Valor consumido	(161)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

#### 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

#### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias, e demais pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### 2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

#### 2.3. Novas normas e pronunciamentos

#### 2.3.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada nesta data.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece altrações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospespectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospespectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas
  e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,
  bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação
  contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações
  subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.1.2. Passivos Financeiros

#### a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

#### b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 11 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras intermediárias.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2021
Caixa e Bancos (i)	304
Total	304

(i) Corresponde ao valor inicial aportado na Companhia para cobrir, essencialmente, os gastos de compartilhamento de custos com a Holding e pequenas taxas.

#### **Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 5. Fornecedores

	30.09.2021
Fornecedores	
Partes relacionadas (nota explicativa 6.1)	161
Total	161

#### 6. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

#### 6.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

	Petrobras	30.09.2021
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	161	161
Total	161	161

Resultado	Petrobras	Abr-Set/2021
Despesas adminsitrativas		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	(161)	(161)
	(161)	(161)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

#### 7. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe.

#### 8. Tributos

#### 8.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Abr-Set/2021
Prejuízo antes dos impostos	(161)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	55
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(55)
Imposto de renda e contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia.

#### Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 9. Patrimônio Líquido

#### 9.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo que foi aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304, está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

#### Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

#### 9.2. Resultado por ação

	Abr-Set/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	(161)
Quantidade de ações	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,53)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 10. Despesas administrativas

	Abr-Set/2021
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 6.1)	(161)
Total	(161)

#### 11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

#### 11.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e estão demonstradas abaixo em 30 de setembro de 2021:

	30.09.2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	304
Total	304
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	161
Total	161

#### 11.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 11.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

#### a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

DI	D	E٦	$\Gamma$	D	ıΛ	EX	E	CI.	IT	IV/	Λ
u	п	EI	u		м	$E\Lambda$	Œ	L	, ,	1 V /	-

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO Diretor Financeiro

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO Contador CRC/RJ-054431/0

## Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório dos auditores independentes

## REFINARIA DE MUCURIPE S.A.

### Relatório da Administração 2021

Á Assembleia de Acionistas Refinaria de Mucuripe S.A. Fortaleza - CE

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes.

#### **ASPECTOS OPERACIONAIS**

A Refinaria de Mucuripe S.A. (Refinaria de Mucuripe) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., localizada em Fortaleza, no estado do Ceará. Iniciou suas atividades em 17/04/2021, data em que finalizou seu processo de constituição, com o deferimento do arquivamento da Escritura Pública de Constituição da sociedade pela Junta Comercial do Estado do Ceará e respectiva obtenção do CNPJ.

A Companhia tem por objeto executar as seguintes atividades: (i) refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e combustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Petrobras será responsável pela manutenção financeira e operação da companhia até a conclusão do processo de alienação da Sociedade para o novo comprador.

#### ASPECTOS COMERCIAIS (EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 13/09/2019, a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio, anunciou a venda de ativos em refino e logística associada no país, que inclui a LUBNOR, assim como seus ativos logísticos associados.

Atualmente, o processo de desinvestimento da LUBNOR encontra-se na fase não vinculante, conforme Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras.

## REFINARIA DE MUCURIPE S.A.

#### POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

As disposições estatutárias da sociedade atendem a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3°, do Decreto 8.945/2016. Adicionalmente, todas as Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras foram adotadas pela sociedade ao longo de 2021.

Considerando que os ativos a serem aportados na Refinaria de Mucuripe ainda estão em face da Petrobras, os Projetos Socioambientais da Sociedade, que está em processo de desinvestimento, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora, no qual contempla a visão do ativo LUBNOR.

#### ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

No ato da constituição da Refinaria de Mucuripe, houve a integralização de capital inicial da Controladora na ordem de na ordem de R\$ 304 mil com equivalência em Caixa, conforme demonstrado na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 - Balanco Patrimonial 2021 (em R\$ mil)

Ativo	2021	Passivo	2021
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303	Fornecedores	305
		Passivo a descoberto	
		Capital social realizado	304
		Prejuízos acumulados	-306
			-2
	303		303

A Conta Fornecedores do Passivo Circulante refere-se às provisões de despesas das atividades do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) celebrado com a Controladora Petrobras, na ordem de R\$ 305 mil.

Em decorrência das despesas com CCCD e outras despesas de registros de atos societários, a Refinaria de Mucuripe registrou prejuízo na ordem de R\$ 306 mil em 2021, conforme demonstrado na **Tabela 2**, abaixo.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado 2021

DRE (R\$ mil)	
Lucro Bruto	-
Gerais e administrativas	(306)
Despesas operacionais	
Lucro antes do result. financ. e impostos	
Resultado financeiro líquido	
Despesas financeiras	(0)
Resultado antes dos impostos	
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(306)

## REFINARIA DE MUCURIPE S.A.

#### PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2021 (período compreendido entre 17 de abril e 31 de dezembro de 2021) a Refinaria de Mucuripe apresentou prejuízo, a proposta de Destinação de Resultado 2021 apresentada pelos Administradores da Companhia, na **Tabela 3** abaixo, será destinar o Prejuízo do Exercício na ordem de R\$ 306 mil para a conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido da Sociedade, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2021

Destinação de Resultado (R\$)	2021
Prejuízos Acumulados	(305.610,23)
Prejuízo Remanescente	(305.610,23)

O saldo remanescente do prejuízo acumulado será de R\$ 306 mil após realizada a destinação de resultado 2021.

#### **AGRADECIMENTOS**

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2021.

Fortaleza - CE, 04 de maio de 2022.

<u>Isabella Carneiro Leão</u>

Isabella Carneiro Leão (4 de Maio de 2022 16:53 ADT)

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (4 de Maio de 2022 17:54 ADT)

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Refinaria de Mucuripe S.A.

Fortaleza - CE

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Mucuripe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Bala	anço Patrimonial	4
Der	monstração do Resultado	5
Der	monstração do Resultado Abrangente	6
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	7
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	8
Der	monstração do Valor Adicionado	9
Not	tas Explicativas	10
1.	A Companhia e suas operações	10
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	10
3.	Sumário das principais práticas contábeis	11
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	12
5.	Novas Normas e Interpretações	12
6.	Caixa e equivalentes de caixa	14
7.	Fornecedores	14
8.	Partes relacionadas	14
9.	Remuneração da administração da Companhia	15
10.	Tributos	15
11.	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	16
12.	Despesas administrativas	17
13.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	17
Dir	otoria Evacutiva	10

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

#### Balanço Patrimonial

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	303	Fornecedores	7	305
			Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	11	
			Capital social		304
			Prejuízos acumulados		(306)
					(2)
		303			303

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021
Despesas		
Gerais e administrativas	12	(306)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(306)
Resultado financeiro líquido		-
Prejuízo antes dos impostos		(306)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Prejuízo líquido do exercício		(306)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(1,01)

# (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Prejuízo líquido do exercíco	(306)
Resultado abrangente total	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do exercício	-	(306)	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304	(306)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
Aumento (redução) de passivos	
Fornecedores	305
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes	303
Admento de caixa e equivalentes	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(306)
Valan aanaumida huuta	(200)
Valor consumido bruto	(306)
Valor consumido líquido pela Companhia	(306)
Valor consumido a distribuir	(306)
Distribuição do valor adicionado	
Acionistas	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
	(306)
Valor consumido	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

#### 1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

## 2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

## b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
  fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas
  específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo
  quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem
  contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por
  apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

• Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.1.2. Passivos Financeiros

## a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

## b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 13 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras.

## 4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A companhia, por conta da simplicidade das operações realizadas até a conclusão dessa demonstração, não apresenta estimativas e julgamentos, que possam eventualmente afetar materialmente a situação financeira e os seus resultados.

## 5. Novas Normas e Interpretações

#### 5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

**Notas Explicativas** 

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfillinga Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece altrações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
Propety, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado, valores recebidos pela venda de itens produzidos aaantes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma prentendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
Classification of Liabilities as Current ou Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclousure of accounting policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva para as emendas do IAS 1.
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

Quanto às emendas e normativos listados acima, a companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021
Caixa e Bancos	303
Total de caixa e equivalentes de caixa	303

O valor de R\$ 303 corresponde, principalmente, ao valor do capital inicial aportado em 17 de abril de 2021 para pagamento dos valores mensais de contrato de compartilhamento de custos e despesas (CCCD) e despesas de pequeno valor da Companhia.

#### **Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

### 7. Fornecedores

	2021
Partes relacionadas (nota explicativa 8.1)	305
Total	305

## 8. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

**Notas Explicativas** 

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

## 8.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

	Petrobras	2021
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	305	305
Total	305	305

Resultado	Petrobras	2021
Despesas adminsitrativas		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	(306)	(306)
	(306)	(306)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

## 9. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe S.A.

## 10. Tributos

### 10.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2021
Prejuízo antes dos impostos	(306)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	104
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(104)
Imposto de renda e contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>
	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 11. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

## 11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304, está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

#### Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

## 11.2. Prejuízos do período

A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 306. Esse resultado decorre, principalmente, da alocação dos gastos e despesas do Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD) com a Holding (vide nota explicativa 8.1).

Esse valor está representado na linha de prejuízo acumulado.

## 11.3. Resultado por ação

	Jan-Dez/21
Prejuízo atribuível aos acionistas	(306)
Quantidade de ações	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(1,01)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 12. Despesas administrativas

	2021
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 8.1)	(306)
Total	(306)

## 13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

### 13.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2021:

	2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303
Total	303
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	305
Total	305

## 13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 13.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

#### Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

## 13.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui seguro contratado, dado a sua atual fase de operação.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA	
ISABELLA CARNEIRO LEÃO	
Presidente	
REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO	
Diretor Financeiro	
JOSÉ SILVIO PETRUNGARO	
Contador	
Contador	

CRC/RJ-054431/0

# 002\_Ata CF Refinaria de Mucuripe\_13.05.2022

Relatório de auditoria final 2022-05-13

Criado em: 2022-05-13

Por: Wellington Gomes Lucas (wglucas@petrobras.com.br)

Status: Assinado

ID da transação: CBJCHBCAABAAmqNb40TvLfWmSg91X5XTAToSmhjRz6X4

# Histórico de "002\_Ata CF Refinaria de Mucuripe\_13.05.2022"

- Documento criado por Wellington Gomes Lucas (wglucas@petrobras.com.br) 2022-05-13 10:19:21 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120
- Documento enviado por email para Rodrigo Montecchiari (montecchiari@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-13 10:21:54 GMT
- Documento enviado por email para Leandro Fonseca de Oliveira (Ifoliveira@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-13 10:21:54 GMT
- Documento enviado por email para Carlos Eduardo Santos (cadu.santos@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-13 10:21:54 GMT
- Documento enviado por email para Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) para assinatura 2022-05-13 10:21:54 GMT
- Email visualizado por Rodrigo Montecchiari (montecchiari@petrobras.com.br) 2022-05-13 12:03:46 GMT- Endereço IP: 104.47.58.126
- Rodrigo Montecchiari (montecchiari@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-13 - 12:07:50 GMT- Endereço IP: 164.85.17.120

- Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Montecchiari (montecchiari@petrobras.com.br)

  Data da assinatura: 2022-05-13 12:07:50 GMT Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 164.85.17.120
- Email visualizado por Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) 2022-05-13 12:29:41 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126
- Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-13 - 12:29:55 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120

Documento assinado eletronicamente por Nathalie Pereira Dantas (nathaliedantas@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2022-05-13 - 12:29:55 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 164.85.87.120

- Email visualizado por Carlos Eduardo Santos (cadu.santos@petrobras.com.br) 2022-05-13 12:37:24 GMT- Endereço IP: 104.47.70.126
- Email visualizado por Leandro Fonseca de Oliveira (Ifoliveira@petrobras.com.br) 2022-05-13 12:57:25 GMT- Endereco IP: 104.47.55.126
- Leandro Fonseca de Oliveira (Ifoliveira@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-13 - 13:05:48 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120

- Documento assinado eletronicamente por Leandro Fonseca de Oliveira (Ifoliveira@petrobras.com.br)

  Data da assinatura: 2022-05-13 13:05:48 GMT Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 164.85.87.120
- Carlos Eduardo Santos (cadu.santos@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-05-13 - 15:13:43 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120

- Documento assinado eletronicamente por Carlos Eduardo Santos (cadu.santos@petrobras.com.br)

  Data da assinatura: 2022-05-13 15:13:43 GMT Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 164.85.87.120
- Contrato finalizado.
   2022-05-13 15:13:43 GMT